



Tribuna da Câmara é marcada por defesa da verdade e da fiscalização pública

A Câmara de Vereadores de São Ludgero realizou, na noite desta segunda-feira, 25 de maio de 2026, mais uma sessão ordinária no plenário vereador Luiz Bianco.

Segunda Votação

O Projeto de Lei Complementar C.M. nº 002/2026, aprovado por unanimidade em segunda votação pela Câmara de Vereadores de São Ludgero, estabelece critérios para o ressarcimento de despesas de viagem de vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal quando houver utilização de veículo particular em deslocamentos oficiais.

Tribuna

Vereadora Maria Marlene Schlickmann

“Eu venho a essa tribuna movida por um princípio que deve ser inegociável na vida pública. Venho aproveitar hoje esse tempo, esse espaço, nossa sessão hoje é bem breve, então quero aproveitar esse tempo para falar um pouco sobre a importância da verdade.

A verdade não pode ser escondida, maquiada ou sufocada por interesses políticos, interesses pessoais ou interesses partidários. Quem exerce função pública deve satisfação ao povo, porque cada decisão tomada dentro da administração impacta diretamente a vida da nossa população.

A transparência não é favor. A transparência é dever. E quando fatos deixam de ser esclarecidos, quando dúvidas permanecem sem respostas, quando informações não chegam de forma clara à sociedade, abre-se espaço para a desconfiança, para o descrédito nas instituições e, ainda pior, para a impunidade.

O preço da impunidade é alto. Digo isso porque muito se tem questionado sobre o investimento desta Casa no processo de investigação. O preço da impunidade é alto e é pago pelo cidadão que espera atendimento na saúde, pela criança que precisa de uma educação de qualidade, pelo agricultor que aguarda melhorias nas estradas, pelo trabalhador que paga seus impostos acreditando que o dinheiro público será aplicado com responsabilidade e honestidade.

Cada recurso desperdiçado, cada ato não esclarecido, cada irregularidade ignorada representa menos investimento onde realmente importa. Por isso, elucidar os fatos não é perseguição, não é ataque pessoal, não é disputa política. Elucidar os fatos é obrigação de quem tem compromisso com a verdade e respeito com o dinheiro público.

O vereador e a vereadora não foram eleitos apenas para aprovar projetos e ocupar uma cadeira nesta Casa. O vereador tem, entre suas principais funções, o dever constitucional e moral de fiscalizar. Fiscalizar contratos, gastos, ações da administração, cumprimento das leis e a aplicação correta dos recursos públicos.

Quando o vereador questiona, solicita documentos, pede esclarecimentos ou cobra transparência, ele não está criando problemas. Está cumprindo o papel que o povo lhe confiou nas urnas. E é justamente nesse contexto que se faz necessária, muitas vezes, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Alguns questionam o custo dessa investigação, mas é preciso refletir: quanto custa para o município não investigar? Quanto custa fechar os olhos diante de dúvidas e possíveis irregularidades? Muitas vezes, o valor

necessário para uma CPI é menor do que gastos públicos realizados sem qualquer questionamento.

Uma diária de viagem mal utilizada, eventos superfaturados, manutenção excessiva de veículos, compras desnecessárias, obras mal planejadas ou serviços pagos e mal executados podem gerar prejuízos muito maiores aos cofres públicos do que o custo de uma investigação séria e transparente.

É contraditório criticar o investimento em fiscalização enquanto tantos desperdícios passam despercebidos ou são tratados com normalidade por esse país afora. Quando se trata de esclarecer os fatos e proteger o dinheiro do povo, não estamos falando de despesa inútil. Estamos falando de responsabilidade pública.

Uma CPI não existe para criar espetáculo político. Ela existe para buscar respostas. E se tudo estiver correto, melhor ainda. A investigação servirá para dar transparência, encerrar dúvidas e restaurar a confiança da população. Mas, se forem encontradas irregularidades, o município poderá evitar prejuízos ainda maiores no futuro.

A verdade tem valor, a transparência tem valor e a fiscalização também tem valor. E é o nosso papel de vereadores. Muito mais caro do que investigar é permitir que erros se repitam, que recursos públicos sejam desperdiçados e que a população perca a confiança nas instituições.

O silêncio diante de possíveis irregularidades enfraquece a democracia. A omissão alimenta a impunidade e a impunidade corrói a confiança da população no poder público. Precisamos fortalecer uma cultura de responsabilidade, ética e respeito ao cidadão.

Quem administra recursos públicos precisa compreender que cada centavo pertence à população e deve ser tratado com seriedade, zelo e absoluta transparência. A verdade pode até demorar a aparecer, mas ela precisa ser buscada com coragem e responsabilidade, porque uma gestão pública forte não é aquela que esconde questionamentos, mas aquela que enfrenta os fatos com clareza, honestidade e prestação de contas.

Seguiremos exercendo nosso papel de fiscalização com firmeza, equilíbrio e responsabilidade, sempre defendendo o interesse coletivo, a transparência e o bom uso do dinheiro público. Porque, acima de qualquer interesse político, está o compromisso com a população.

Então, já foi divulgado em meios de comunicação nesta semana que passou. Na última quinta-feira tivemos uma reunião com uma equipe de assessoria jurídica para nos dar orientações bastante técnicas e pontuais sobre a instauração de uma CPI. Então, nos próximos dias, mais alguns passos serão dados em relação a isso, mas trago então a público para que a população siga informada.

Vereador Vitus Becker Neto

“Queria começar dando os parabéns ao presidente Marcos pelo trabalho, principalmente em relação à CPI, que vem fazendo uma condução exemplar, dentro da lei, sem colocar o carro na frente dos bois, como a gente sempre fala na gíria.

Quero falar pra população que essa CPI vai sair. E que os vereadores aqui do PL (Partido Liberal), Ricardo, Ademir Caxi e vereador Vitus, votaram, sim, pela CPI lá no início. E fomos favoráveis pelos fortes indícios que apareceram.

Nós não estamos aqui, como já falei na última sessão, para colocar sujeira ou deixar sujeira embaixo do tapete. Então queria dizer pra população que pode confiar nos vereadores que aqui estão, nos vereadores do PL, que embora sejam situação hoje, estão a favor da CPI e vão continuar com essa linha de pensamento.

Temos aí o fato dos carros e até mesmo o prefeito municipal instalou uma sindicância para apurar os fatos que realmente ocorreram. Então, nada mais justo também que haja respeito por esta Casa, que também está fazendo o trabalho dela.

Eu fui alvo na última semana de algumas coisas que apareceram nas redes sociais. E queria dizer pra essas pessoas que eu nasci nesse município, nasci na comunidade da Ponte Baixa, até os 20 anos fui agricultor. Colocaram lá que eu era vereador, que antes disso eu não era nada. Então eu fui agricultor, estudei seis anos na UNESC, sou professor de Educação Física, graduado, pós-graduado em Treinamento Esportivo, e estou lecionando há 27 anos. Fui seis vezes técnico da seleção catarinense de atletismo e uma vez técnico da seleção brasileira. E pra mim isso é muita coisa. Ser agricultor, ser professor, pra mim é muita coisa. Se pra essa pessoa não é, ela deveria rever seus conceitos.

E sobre ser “Judas”, que colocaram lá também, eu vou dizer uma coisa: eu boto a minha cabeça no travesseiro e durmo em paz. Durmo tranquilo, porque o que eu estou fazendo aqui é o que cada vereador deveria fazer, como estão fazendo, que é, no mínimo, fiscalizar e agora, com a CPI, investigar também.

Porque, com tantos fatos elencados aqui, com os GPS, alguma coisa aconteceu. E a gente só quer saber quem usou os carros e para onde foram. Era pouca coisa. Então, de agora pra frente, a coisa vai se tornar a ferro e fogo. Nós vamos ter essa CPI, vamos formar uma comissão, ainda não sabemos se vai ser três ou cinco membros, mas quero fazer parte, se possível, dessa comissão, para que se traga a verdade para a nossa população e para o nosso município. E que quem usou, devolva o dinheiro aos cofres públicos do município.”

Aparte o presidente Marcos Souza disse:

“Quero aqui agradecer as palavras referidas a este presidente. Quero ser solidário com Vossa Excelência ao ocorrido nessa semana. Alguns dias atrás também fui alvo de tentativa de mentiras, colocando o nome dos vereadores em xeque e falando inverdades.

Isso aí é modus operandi dessas pessoas que não querem que a verdade venha à tona e estão trazendo mentiras dos vereadores. Isso por quê? Pra tentar nos calar? Pra gente ficar com medo, baixar a cabeça? Pode ter certeza que quanto mais bate, pior vai ser.

Eu dou o respaldo aqui pra vocês, vereadores, que essa Casa, essa presidência, vai fazer tudo o que for possível para trazer a verdade. E ninguém aqui vai baixar a cabeça, não. Pode ter certeza que podem confiar no presidente, podem confiar na nossa Mesa Diretora, que vamos ter todo o respaldo para trazer a verdade nessa CPI, porque a população precisa.

E não adianta ir para as redes sociais falar mentira, procurar coisas de vereadores, porque aqui ninguém vai baixar a cabeça. A verdade tem que vir à tona.”